FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA

A velha e a atual doutrina do *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Dr. Enrique Ricardo Lewandowski

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2020

FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA

A velha e a atual doutrina do *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direitos Humanos, sob a orientação do Professor Titular Doutor Enrique Ricardo Lewandowski.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

SÃO PAULO – SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial desta dissertação, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Oliveira, Fabiane Pereira de
A velha e a atual doutrina do habeas corpus do STF;
Fabiane Pereira de Oliveira; orientador Enrique Ricardo
Lewandowski -- São Paulo, 2020.
154 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São
Paulo, 2020.
1. Doutrina do Habeas Corpus do STF. I. Lewandowski, Enrique
Ricardo, orient. II. Título.

OLIVEIRA, Fabiane Pereira de

A velha e a atual doutrina do *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direitos Humanos, sob a orientação do Professor Titular Doutor Enrique Ricardo Lewandowski.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Professor Dr. Enrique Ricardo Lewandowski – Orientador - Instituição: USP

Assinatura: _____

Parecer: _____

Professor Dr. Enrique Ricardo Lewandowski – Orientador - Instituição: USP

Assinatura: _____

Parecer: _____

Professor Dr. Enrique Ricardo Lewandowski – Orientador - Instituição: USP

Assinatura: _____

Parecer: _____

Professor Dr. Enrique Ricardo Lewandowski – Orientador - Instituição: USP

Assinatura: _____

Parecer: _____

Professor Dr. Enrique Ricardo Lewandowski – Orientador - Instituição: USP

Assinatura: _____

Parecer: _____

Professor Dr. Enrique Ricardo Lewandowski – Orientador - Instituição: USP

Assinatura: _____

Parecer: _____

Dedico esta dissertação a meus filhos Mateus e João, na expectativa de que eles participem ativamente na construção de uma sociedade brasileira cada vez mais livre, justa e solidária.

AGRADECIMENTOS

À época de Aristóteles, ainda nos anos 300 antes de Cristo, ele já vislumbrava o mundo como a reunião de pequenos grupos: família, aldeias, cidades. Tudo interconectado como um único grande órgão: "[...] o que são as mãos destacadas do corpo, senão mãos mortas, como de pedra" (*Política*, Livro I), concluía. Se hoje chego até aqui, é graças à participação de muitas pessoas e instituições especiais, com as quais me sinto vinculada por verdadeira afinidade espiritual.

Aos meus pais Jorge e Lourdes, que, por muito me amarem, me ensinaram a combater o bom combate: a trabalhar, esperar e perdoar.

Aos meus irmãos, Cristiane e Daniel, extensão carinhosa desse amor.

Aos meus filhos: vivo por eles e para eles.

Ao meu querido companheiro Renato, que tem colorido o meu dia a dia.

Ao meu orientador, Ministro Ricardo Lewandowski, a quem devo não apenas parcela significativa de meu conhecimento jurídico, mas também humanístico.

Aos meus parceiros de muitas jornadas acadêmicas Tarciso Dal Maso e Fernando Pereira: minha gratidão pela convivência fraterna.

À instituição de ontem e de sempre, Supremo Tribunal Federal: muito me orgulha poder servi-la.

Ao meu país, Brasil, cuja missão é grandiosa, a de ser a pátria coração do Evangelho.

A todos, o meu emocionado muito obrigada.

RESUMO

OLIVEIRA, Fabiane Pereira de. *A velha e a atual doutrina do habeas corpus do STF*. 2020. 157 p. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo- SP.

Resumo: O presente trabalho busca apresentar a visão contemporânea do Supremo Tribunal Federal brasileiro (STF) acerca dos temas relacionados ao direito da liberdade e ao seu correspondente instrumento de garantia, o *habeas corpus*. Ao destacar recorte temporal delimitado entre os anos de 2010 a 2019, o STF analisou diversos julgamentos de Ministros atualmente integrantes da Corte e acórdãos de seus órgãos colegiados para verificar qual a amplitude eles têm conferido à acepção da palavra liberdade. Ao apresentar o percurso histórico desse remédio heroico no mundo, mas especialmente no Brasil, que, durante o Período da República Velha, imprimiu-lhe vocação protetiva a toda forma de abuso estatal, não apenas ao *status libertatis*, graças ao posicionamento inovador e desafiador da Suprema Corte, pretende trazer à discussão se, nos dias de hoje, ainda há espaço para construções hermenêuticas ampliativas e demonstrar que, se não há falar em nova doutrina do *habeas corpus*, ao menos há a constatação de que o Tribunal buscou modernizar-se para melhor prestar sua jurisdição constitucional penal às demandas sociais que se apresentaram na segunda década do Século XXI.

Palavras-chave: Visão contemporânea. *Habeas corpus*. Supremo Tribunal Federal. Doutrina brasileira. Posicionamento inovador.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Fabiane Pereira de. *The old and current doctrine of habeas corpus of the STF*. 2020. 151 p. Dissertation (Master in Law). Faculty of Law, University of São Paulo.

This study seeks to present the contemporary view of the Brazilian Supreme Court on issues related to the right to freedom and its corresponding guarantee instrument, habeas corpus. By highlighting the time frame delimited between the years of 2010 to 2019, it analyzes several judgments of Ministers currently members of the Court and judgments of their collegiate bodies to verify the extent they have given the meaning of the word freedom. In presenting the historical path of this heroic remedy in the world, but especially in Brazil, which, during the Period of the Old Republic, gave it a protective vocation to all forms of state abuse, not only to the status libertatis, thanks to the innovative and challenging position of the Supreme Court, it intends to bring to discussion whether, today, there is still room for expansive hermeneutic constructions and demonstrate that, if there is no mention of a new doctrine of habeas corpus, at least there is the finding that the Court sought to modernize itself in order to better render its constitutional penal jurisdiction to the social demands that arose in the second decade of the 21st Century.

Keywords: Contemporary doctrine; *Habeas corpus*; Federal Court of Justice; Brazilian doctrine. Innovative positioning.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de <i>habeas corpus</i> no STF de 2001 a 2019	p. 69
Tabela 2 – Quantidade de <i>habeas corpus</i> concedidos no STF de 2009 a 2019.....	p. 88
Tabela 3 – Decisões colegiadas ou monocráticas em <i>habeas corpus</i> concedidos de 2009 a 2019.....	p. 120
Tabela 4 – <i>Habeas corpus</i> concedidos por cada um dos ministros do STF de jan. a jun. 2018.....	p. 121
Tabela 5 – Quantidade de <i>habeas corpus</i> concedidos entre os anos 2009 a 2019.....	p. 122
Tabela 6 – Quantidade de <i>habeas corpus</i> concedidos monocraticamente por Ministro entre 2009 a 2019.....	p. 123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p. 10

1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO *HABEAS CORPUS* (HC) E SUA ANÁLISE NO DIREITO COMPARADO, p. 20

1.1 Origens e o *habeas corpus* na Inglaterra, p. 21

1.2 O *habeas corpus* nos EUA, p. 26

1.3 O *habeas corpus* em Portugal, p. 29

2 O *HABEAS CORPUS* NO BRASIL: DA CASA DE SUPLICAÇÃO AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, p. 34

2.1 No Brasil colônia: a Casa de Suplicação, p. 35

2.2 No Brasil Império: o Supremo Tribunal de Justiça, p. 44

2.3 Na República Velha: o Supremo Tribunal Federal e a doutrina brasileira do *habeas corpus*, p. 54

2.4 Nas Cartas Republicanas seguintes, p. 61

2.5 Na atual Constituição de 1988, p. 66

3 QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS RELACIONADAS À DISTRIBUIÇÃO E PRELIMINARES DE CONHECIMENTO NOS *HABEAS CORPUS* DO SUPREMO, p. 69

3.1 Algumas considerações sobre o regimento do Supremo, p. 72

3.2 Temas sobre distribuição, prevenção e legitimidade ativa, p. 75

3.3 A autoridade coatora, p. 81

3.3.1 A Súmula 691, p. 82

3.3.2 As decisões monocráticas de tribunal superior e o não enfrentamento da matéria, p.89

3.3.3 A impetração contra ato de ministro, turma ou plenário do STF, p. 90

3.4 Hipóteses de cabimento: direito de ir e vir, direto e indireto, p.93

3.5 O *writ* como substitutivo recursal, p. 98

3.5.1 HC 109.956/PR, p. 99

3.5.2 HC 152.752/PR: o caso Lula, p.101

3.6 O *writ* como sucedâneo de revisão criminal, p. 106

4 QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS RELACIONADAS À MODALIDADE, MÉRITO E FORMA DE JULGAMENTO DO *HABEAS CORPUS* DO SUPREMO, p. 111

4.1 O HC coletivo: A questão do paciente indeterminado, mas determinável, p. 112

4.2 O julgamento monocrático e as sustentações orais, p. 117

4.3 Questões de jurisdição: competência do relator, das turmas ou do plenário?, p. 126

4.4 As concessões de ofício de *habeas corpus* em outras classes processuais, p. 132

4.5 Modulação de efeitos, p. 133

4.6 Os HCs nas hipóteses de execução antecipada da pena, p.136

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 142

REFERÊNCIAS, p.146

INTRODUÇÃO

A ideia central desta dissertação não é a de ser mais um texto descritivo e explicativo sobre o *habeas corpus*, ou o *writ*, o *mandamus*, o remédio heroico, entre tantas denominações que este instrumento sacramental apresenta. Inúmeros penalistas, constitucionalistas, publicistas em geral, sejam dogmáticos ou catedráticos, já nos apresentaram com primorosas obras acerca do tema, e nos brindaram com suas narrativas a respeito das características e peculiaridades de nossa garantia mor.

Nosso objetivo principal, a despeito de também ser necessária a apresentação, ainda que em linhas gerais, de elementos conceituais e teóricos, consiste em trabalhar um viés absolutamente histórico e humanista, e em tentar revelar a nova roupagem a qual o Supremo Tribunal Federal brasileiro lhe tem emprestado neste século XXI.

Se no início de nossa vida republicana coube ao *habeas corpus* um papel essencial, nesta segunda década do novo milênio ele desempenha, sem sombra de dúvida, função estruturante do Estado Democrático de Direito. A questão ganha relevância ainda maior quando verificamos que o direito não é um produto formado independentemente de influências externas, ao contrário, opera dialeticamente com o conjunto social.

Fatores políticos, econômicos e sociais latentes ditam os contornos desse instrumento de concretização de garantias fundamentais. O cenário desta segunda década é, nos dizeres do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli (2018), de uma sociedade que apenas aparentemente se encontra em crise, certo de que vive concretamente uma transformação. Já o Ministro Ricardo Lewandowski, em artigo publicado no jornal *Correio Braziliense*, sugere a necessidade de reproclamação da República (2017)¹.

Com efeito, desde o final da primeira década do novo milênio, a sociedade brasileira está mergulhada em verdadeira erupção: no campo econômico, o país também

1 Nesse memorável artigo, o professor titular de Direito do Estado da Universidade de São Paulo invoca o teórico constitucionalista alemão Karl Loewenstein, para quem “una constitución escrita no funciona por si misma una vez que haya sido adoptada por el pueblo, sino que una constitución es lo que los detentores y destinatários del poder hacen de ella en la práctica”(LOEWENSTEIN, Karl. Teoria de la Constitución. Trad. Alfredo Gallego Anabitarte. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1976, p. 217). No ponto, o Ministro leciona: “Para empregar uma concepção de Loewenstein, a ideia de república integra aquilo que ele chama de sentimento constitucional, um estado de espírito coletivo que, ‘transcendendo todos os antagonismos e tensões existentes, político-partidárias, econômico-sociais, religiosas ou de outro tipo, integra os detentores e destinatários do poder num marco de uma ordem comunitária obrigatória’. A força imperativa desse sentimento, porém, depende do grau de maturidade cívica dos cidadãos e da consciência de que são titulares não só de direitos, mas também de deveres em face do Estado e da sociedade. Para que isso se concretize na prática, talvez seja necessário reproclamar a República”.

passou a sentir o efeito da crise internacional de 2008², que culminou na nossa recessão de 2014; no campo político, em 2 de agosto de 2012, o STF começou o julgamento da Ação Penal 470³ e em 2014 veio à tona a investigação conhecida como Operação Lava-Jato⁴, que foi cindida para prosseguimento de parte dela no STF em razão da presença de investigados parlamentares - inclusive do Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha - e, portanto, com prerrogativa de foro.

No campo social, as turbulências também foram sentidas: em junho de 2013, o Brasil assistia a milhares de pessoas nas ruas da Avenida Paulista protestando contra o aumento das tarifas dos ônibus, e depois outras inúmeras em diversas cidades brasileiras com outras demandas por habitação, saúde, educação, megamobilizações que gestaram o processo de *impeachment* da Presidente da República Dilma Rousseff em 2016.

O melhor norte para a travessia de quadras sombrias é com a retaguarda da Constituição Federal. O Ministro Lewandowski, em artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* intitulado “Fora da Constituição não há salvação” argumenta que, “em situações de crise é preciso observar princípios, guardar coerência”, não nos impressionar com pretensas “soluções mágicas, quase sempre apartadas dos marcos civilizatórios que a humanidade construiu ao longo de séculos” (LEWANDOWSKI, 2017).

2 A quebra do Banco americano Lehman Brothers, no dia 15 de setembro de 2008, fez estourar a crise dos bancos nos Estados Unidos, levando investidores de todo o mundo a “tirar as aplicações de ações de empresas, de bancos e de títulos de governos, incluindo os do Brasil. Isso porque houve uma incerteza sobre a veracidade de balanços de alguns bancos e empresas e, além disso, os aplicadores precisaram resgatar investimentos para cobrir prejuízos com a crise”. Naquele ano, houve forte especulação imobiliária nos Estados Unidos, de modo que a supervalorização não foi acompanhada pela capacidade de pagamento dos cidadãos, fato que levou à iliquidez de hipotecas e aos calotes, com a redução de créditos e ensejando a uma desconfiança do mercado financeiro. Com o sistema financeiro mundial todo interligado, os bancos de todo o mundo passaram a limitar o crédito. Assim, a falta de dinheiro disponível deixou pessoas e empresas sem possibilidade de obterem concessão de crédito. Segundo reportagem do G1, “a inadimplência de pessoa física subiu [...] e as empresas foram as mais afetadas, pois tinham dificuldades de obter financiamento para investimentos e exportações, por exemplo. Os consumidores, para aquisições de bens, principalmente os de maior valor agregado, como veículos e imóveis”. Disponível em: g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2011/09/entenda-como- crise-de-2008-influenciou-vida-dos-brasileiros.html. Acesso em 2 jan. 2020.

3 Conhecida popularmente como o escândalo do mensalão, ação na qual o ex-procurador-geral da República Antonio Fernando de Souza alegou a existência de quadrilha destinada a comprar apoio de partidos para um suposto projeto político ao PT.

4 A Lava-Jato começou em 17 de março de 2014 no Ministério Público do Paraná, a partir de suspeitas da existência de uma organização criminosa que praticava crimes de lavagem de dinheiro relacionados ao ex-deputado federal José Janene (PP), em Londrina. No decorrer das investigações, chegou-se a um esquema de corrupção envolvendo a Petrobrás. Foram condenados o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva; o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, o ex-ministro Antonio Palocci; o empresário Marcelo Odebrecht, o doleiro Alberto Youssef; o empresário Sérgio Cunha Mendes; o executivo da Odebrecht Paulo Roberto da Costa; a marqueteira do PT Mônica Moura; o ex-executivo da Petrobras, Nestor Cerveró; o tesoureiro do PT João Vaccari Neto; o ex-Governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, o empresário Eike Batista, entre tantos outros. De acordo com jornal digital Poder 360, em 5 anos (até 17/03/2019) foram 285 condenações, 600 réus, dados compilados dos resultados da Lava Jato nas instâncias da Justiça Federal do Paraná, do Rio de Janeiro e de São Paulo, além do STF. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/lava-jato/5-anos-de-lava-jato-285-condenacoes-600-reus-e-3-000-anos-de-penas/>. Acesso em 2 de jan. 2020.

Com razão, não continuar nessa direção segura é nos deixarmos levar por dinâmica ditada pela pós-modernidade, pautada pela liquidez, pela fragmentaridade, pela flexibilidade às regras (e não a conformidade a elas) assentada no medo do inimigo denominado insegurança, a reforçar um modelo de Estado da justiça criminal, segundo Bauman (2007). A história já nos demonstrou que, em momentos descritos como pontos fora da curva, devemos buscar amparo nos pactos sociais avançados estruturados em valores éticos, cujo centro está a dignidade da pessoa humana.

Para que os direitos fundamentais pudessem ser salvaguardados ao longo da humanidade, foram necessárias ferramentas capazes de efetivamente cumprirem esse papel. Como bem nos lembrou Norberto Bobbio, em seu clássico *A Era dos Direitos*, “O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político (BOBBIO, 2004, p. 16).

Nesse sentido muito já se avançou, mas ainda é preciso que o Estado lance mão de instrumentos jurídicos modernos e dinâmicos a todos os tempos, que assegurem a concretização daquelas garantias, e o *habeas corpus*, no Brasil, tem sido “uma peça-chave na equação constitucional; sem um instrumento como ele, diversas das garantias postas na Constituição não passariam de promessas vãs. A Constituição seria, por isso, tecnicamente, um falho arcabouço de normas” (RAMOS, 1999, v. 31)⁵.

Luigi Ferrajoli nos propõe como definição teórica dos direitos fundamentais, sob uma vertente puramente formal ou estrutural, “todos aquellos derechos subjetivos que corresponden universalmente a todos los seres humanos em cuanto dotados del *status* de personas, de ciudadanos o personas com capacidad de obrar” (FERRAJOLI, 2009, p. 19).

Ainda consoante o mencionado autor, não se trata de uma definição dogmática, ou seja, formulada a partir das normas de um ordenamento concreto, já que, em um determinado regime totalitário, tais direitos fundamentais tendem a não existir. Assim, conclui: “la previsión de tales derechos por parte del derecho positivo de un determinado ordenamiento es, en suma, condición de su existencia o vigencia en aquel ordenamiento, pero no incide en el significado del concepto de derechos fundamentales”.

Dentre tantos direitos de fato tutelados como universais, e, portanto, fundamentais, Ferrajoli cita a liberdade pessoal, a liberdade de pensamento, os direitos políticos, os direitos sociais e similares. Certo é que muitos se contrapõem e não raras vezes são

5 Trabalho apresentado no dia 24 de março de 1999, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, por ocasião da “Jornada de Extensão da Faculdade de Direito da UFPR”.

dramáticos os conflitos entre si, sendo necessário que se reconheça a direta subordinação de uns a outros e a dificuldade de se estabelecer, como raciocina Bobbio, um fundamento absoluto e irresistível que os caracterize.

Esse filósofo italiano, no ponto, nos lembra que “Kant havia racionalmente reduzido os direitos irresistíveis (que ele chamava de ‘inatos’) a apenas um: a liberdade”⁶. E arremata: “Mas o que é a liberdade?”.

Em 1984, o célebre professor Heleno Claudio Fragoso publicava sua obra “Advocacia da Liberdade”, na qual narra sobre processos que tramitaram, nas décadas de 60 e 70, perante o Superior Tribunal Militar e sobre os *habeas corpus* que eram impetrados naquele Tribunal com o fim de *enfrentamento* às perseguições políticas da época. Especificamente sobre o Ato Institucional 5, de 13/12/1968, ele conclui:

De todas as disposições terríveis do Ato Institucional n. 5, a mais odiosa e injustificável foi a da suspensão do *habeas corpus*. Esse remédio constitucional existe para remover o constrangimento ilegal ou derivado de abuso de poder. A suspensão do *habeas corpus* significava a exclusão de qualquer possibilidade de contestar a legalidade de uma prisão, constituindo virtual autorização para o constrangimento ilegal. Era a mais clamorosa e insustentável disposição do direito excepcional então vigente⁷.

Sem sombra de dúvida, a verdadeira dimensão da liberdade ressurgiu nos momentos em que sentimos falta dela. Sob a mesma perspectiva, nos dizeres de Joao Gualberto Garcez⁸, a garantia do *habeas corpus*, que parece apenas mais uma ação constitucional em tempos amenos, “transforma-se num gigante em defesa dos mais fracos” em tempos conflagrados.

De certo modo, esta dissertação enfrenta o tema da liberdade nos dias atuais brasileiros, uma vez que a pesquisa realizada concentrou-se na análise feita pelo Supremo Tribunal Federal acerca da cognoscibilidade dos *habeas corpus*, sua moldura jurídica, hipóteses de cabimento e forma de seu processamento e julgamento nos últimos anos, especialmente a partir da segunda década dos anos dois mil, isto é, de 2010 até os nossos dias do século XXI.

Não restam dúvidas de que o melhor instrumento de salvaguarda do direito à liberdade materializa-se na figura do *habeas corpus*, previsto para “sempre que alguém

6 BOBBIO, Norberto. *Idem*. p. 13.

7 FRAGOSO, Heleno Claudio. *Advocacia da liberdade: a defesa nos processos políticos*. Rio de Janeiro: Forense, 1984. p. 58-59. In: RAMOS, Joao Gualberto Garcez. *Habeas corpus: Histórico e Perfil no Ordenamento Jurídico Brasileiro*. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, v. 31, 1999.

8 *Idem*. p. 59.

sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder” (art. 5º, inciso LXVIII, da CF de 1988).

Conforme se demonstrará, essa ação surge no Brasil apenas com o *Código de processo criminal* de 1832. Foi este que introduziu o instituto do *habeas corpus* em seu artigo 340, *verbis*: "Todo cidadão que entender que ele, ou outro, sofre uma prisão ou constrangimento ilegal em sua liberdade, tem direito de pedir uma ordem de *habeas corpus* a seu favor".

A Constituição brasileira de 1824 não previu o *habeas corpus*, embora tenha instituído, em seu título oitavo (e último), denominado “*Garantias dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros*”, a liberdade, a segurança individual e a propriedade como base dos direitos e, portanto, invioláveis.

Em verdade, até que fossem editados o *Código criminal* de 1830 e o *Código processual criminal* de 1832, cuja elaboração já tinha sido determinada pelo texto constitucional de 1824, em seu art. 179, XVIII, as *Ordenações Filipinas* continuaram vigentes desde que não contrariassem os preceitos constitucionais⁹, de modo que o próprio sistema penal brasileiro permaneceu indefinido até 1830, com a edição do *Código criminal* do Império e, em seguida, com o *Código de processo criminal* de 1832.

Segundo lições do Professor Ricardo Lewandowski¹⁰, a tutela do direito à liberdade foi ampliada com a Lei 2.033, de 1871, que instituiu o *habeas corpus* preventivo, bem como estendeu seu alcance a estrangeiros.

O instrumento-garantia alcançou finalmente seu *status* constitucional com a Carta de 1891, que dispôs, em seu texto, no art. 72, § 22, o seguinte: “dar-se-á *habeas corpus* sempre que o indivíduo sofrer violência ou coação, por ilegalidade ou abuso de poder”.

Note-se que, enquanto o Digesto de 1832 era claro em estabelecer o seu uso para a proteção do *status libertatis*, a mesma limitação não estava presente no comando constitucional. Destarte, em que pesem as construções e delimitações históricas do instituto, no Brasil ele ganhou contornos próprios, embora nunca se tenha perdido de vista seu escopo primeiro, qual seja, “o da proteção jurisdicional da liberdade de locomoção

9 Artigo apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005, com o título “A relação do Rio de Janeiro no Brasil Imperial”, pelo professor da Universidade Federal Fluminense Nilton Soares de Souza Neto. Disponível em <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1463.pdf>. Acesso em 19 jul. 2018.

10 Em aula sobre o tema no dia 11/06/2018 na Faculdade de Direito da USP para a Turma de Mestrado em Direitos Humanos na sua disciplina intitulada “Garantias Processuais do Cidadão em Juízo”.

física de quem sofre injusto constrangimento por parte de órgãos ou de agentes do Estado”¹¹.

A partir daquele texto constitucional, portanto, o Brasil desenvolveu, durante largo período da Primeira República, a sua própria doutrina em torno desse remédio heroico, impulsionado pela interpretação realizada por sua Suprema Corte até que sobreviesse a Reforma Constitucional de 1926.

Sob a égide da teoria brasileira do *habeas corpus*, ele “era utilizável [...] para viabilizar, até mesmo, a tutela jurisdicional de outros direitos, em face da ausência, naquele momento histórico, ‘de instrumentos processuais específicos’ (o mandado de segurança somente viria a ser previsto na Constituição de 1934)”¹².

Marcelo Caetano, professor Titular da Universidade de Lisboa e ex-Presidente do Conselho de Ministros de Portugal destaca que

Estes termos permitiram a Rui Barbosa defender a tese de que no Direito brasileiro o *habeas corpus* não conservara o caráter restrito de providência defensiva da liberdade de locomoção. E que podia ser pedido e concedido em todos os casos de ilegalidade ou abuso de poder, de que resultasse para as pessoas qualquer tipo de violência, ou uma coação ainda que meramente moral¹³.

Digno de nota o entusiasmo de Rui Barbosa com a característica dessa ação de amplíssimo espectro de poder ser promovida sem a necessidade de advogado, inspiração de seu discurso proferido em 26 de março de 1889 no Supremo Tribunal Federal:

A liberdade não entra no patrimônio particular, como as coisas que estão no comércio, que se dão, trocam, vendem, ou compram: é um verdadeiro condomínio social; todos o desfrutam, sem que ninguém o possa alienar, e, se o indivíduo, degenerado, a repudia, a comunhão, vigilante, a reivindica¹⁴.

Os pesquisadores são incisivos no sentido de que a história do STF se confunde com a do próprio *habeas corpus* no Brasil em razão do palco político extremamente perturbado da primeira República. O Tribunal surgia, em 1891, com a missão principal de

11 MC no HC 144.426/DF, de relatoria do Ministro Celso de Mello.

12 *Idem*.

13 CAETANO, Marcelo. As origens luso-brasileiras do mandado de segurança. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/download/8871/6182>. Acesso em 19 jul. 2018.

14 LEITE, Gisele. *Breves considerações sobre a história do processo penal brasileiro e habeas corpus*. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 5, no 197. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/1560/breves-consideracoes-historia-processo-penal-brasileiro-habeas-corpus>> Acesso em: 20 jul. 2018.

atuar como freio ao desmedido poder exercido pelo Executivo e, ao mesmo tempo, proteger a federação dos arroubos descentralizadores daqueles que haviam defendido a República.

Naquele momento conturbado do cenário nacional, a Corte ostentava um espaço institucional de moderador de conflitos típicos do velho regime monárquico e autoritário e coexistentes com a nova ordem liberal apoiada em novos significados jurídicos “presentes na Constituição de 1891, principalmente relativos às liberdades individuais e aos limites dos direitos dos Estados em face da União”¹⁵.

Os embates políticos desembocavam no Tribunal que, valendo-se de interpretação extensiva do conteúdo constitucional referente ao *habeas corpus* – a denominada doutrina brasileira *do habeas corpus* –, pôde exercer papel jurídico-político estabilizador das disputas internas da Primeira República.

Mas a reforma constitucional de 1926 pôs fim àquela doutrina, restringindo o *writ* à sua função histórica de defesa da liberdade. Nesse sentido, Caetano destaca que a Mensagem presidencial ao Congresso, que anunciou em 1924 a intenção da reforma da Constituição, dizia que deveriam ser fixados limites ao instituto do *habeas corpus* “criando-se ações rápidas e seguras que o substituam nos casos que não sejam de ilegal constrangimento ao direito de locomoção e à liberdade física do indivíduo”¹⁶.

De fato, retomou-se à velha concepção do *habeas corpus* nos seguintes termos: “Substitua-se o art. 72 da Constituição pelo seguinte: (...) § 22. Dar-se-há o *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar em imminente perigo de sofrer violência por meio de prisão ou constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção”¹⁷.

Coube à Constituição de 16 de julho de 1934 incluir, pela primeira vez, na declaração de direitos contida em seu art. 113, o mandado de segurança, para que outras garantias não relacionadas à liberdade fossem resguardadas, cujo inciso 33 definiu assim¹⁸:

Dar-se-á mandado de segurança para defesa de direito, certo e incontestável, ameaçado ou violado por ato manifestamente inconstitucional ou ilegal de qualquer autoridade. O processo será o mesmo do *habeas corpus*, devendo ser sempre ouvida a pessoa de direito

¹⁵Victor Doering Xavier da Silveira. *Jurisdição constitucional e judicialização de questões políticas: os papéis do Supremo Tribunal Federal nas crises da Primeira República (1891-1926)*. R. bras. Est. const. – RBEC | Belo Horizonte, ano 12, n. 40, p. 83-123, jan./abr. 2018.

¹⁶CAETANO, Marcelo. *Idem*.

¹⁷Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon_sn/1920-1929/emendaconstitucional-37426-3-setembro-1926-564078-publicaçãooriginal-88097-pl.html. Acesso em 20 jul. 2018.

¹⁸CAETANO, Marcelo. As origens luso-brasileiras do mandado de segurança. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/direito/article/download/8871/6182>. Acesso em 19 jul. 2018.

público interessada. O mandado não prejudica as ações petitorias competentes.

A partir de então, todas as Constituições (1937, 1946, 1967 e 1988) mantiveram o *habeas corpus*, muito embora, como bem ressaltado pela Professora Gisele Leite¹⁹, seu alcance tenha variado:

Em momentos de ditadura sua aplicação se restringia, o Ato Institucional 5, de 1968 vedou sua utilização quando o crime fosse político, contra a segurança nacional, a ordem econômica e economia popular. Bem antes disto, em 1937 na era getuliana, a Carta Constitucional havia fixado que, no estado de emergência, os juizes não poderiam interferir nas prisões e desterros, apesar de não suspender literalmente o *habeas corpus*.

Bem fixados os contornos pelas Constituições republicanas seguintes, é indiscutível que o Supremo nunca abandonou a sua vocação de tratar o instituto e, ao longo do século passado, pôs-se a gradualmente admiti-lo para a salvaguarda de direitos que apenas indireta ou remotamente refletem na liberdade de ir e vir, como se verá ao longo deste trabalho.

A partir dessas constatações vieram a tona reflexões sobre se ainda haveria espaço, naquele Tribunal, nos dias de hoje, para ampliação gradual desta garantia do sistema constitucional, o que foi estudado durante a pesquisa.

Como outrora, naqueles tempos iniciais republicanos, parece-nos que o STF, na última década (2010 a 2019), foi insistentemente demandado para “doutrinar” a respeito dos contornos dessa notabilíssima garantia processual, reconhecida, pelo Ministro Celso de Mello²⁰, como patrimônio da humanidade.

As recorrentes provocações à Corte fundam-se no que apontado acima: panorama político de escândalos de desvios de verbas públicas envolvendo os partidos com maior representatividade no Congresso, tais como no mensalão e na operação lava-jato, com a consequente prisão ou afastamento de diversos parlamentares; do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff; prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; denúncias contra o Presidente Temer, etc.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ Vide seu voto no HC 110.118/MS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski e Red. do acórdão Min. Joaquim Barbosa, no qual a Segunda Turma determinou que o STJ conhecesse da impetração lá ajuizada já que, como se lê da ementa, “o eventual cabimento de recurso especial não constitui óbice à impetração de *habeas corpus*, desde que o direito-fim se identifique direta e imediatamente com a liberdade de locomoção física do paciente”.

De outro lado, também as dificuldades econômicas e sociais do país são fontes de conflitos que desembocam no Judiciário: basta que nos recordemos da indigesta situação a qual assola o país de superlotação carcerária, para citarmos um grave descompasso social, ou invoquemos os alarmados índices de desemprego, que acabam por insuflar o cometimento de pequenos delitos ou, de maneira pior, relacionam-se diretamente com o aumento do tráfico de drogas, por intermédio do recrutamento de jovens e mulheres para atuarem como mulas das grandes organizações criminosas.

Quanto a essa última observação, por exemplo, em artigo intitulado “STF está no centro da questão das drogas e cultura do encarceramento”²¹, que publicamos no Consultor Jurídico-Conjur em 3 de maio de 2017, verificamos que, nos últimos anos, as Turmas do Tribunal têm se ocupado, em 1/3 de seu tempo, com casos que envolvem em alguma medida o tráfico de entorpecentes. As pautas daqueles colegiados possuem cerca de 32% de *habeas corpus* cuja demanda envolve essa problemática.

Foram, nessa toada, estudados pontos de suma importância que giram em torno da admissibilidade desse remédio heroico e que denotam uma possível nova postura da Suprema Corte de elastecer as hipóteses de seu cabimento, tais como os relacionados ao conhecimento de impetrações contra decisões de integrantes do Tribunal²² bem como aquelas com pacientes indeterminados, embora determináveis, como foi o caso do HC coletivo em favor das presas gestantes ou mães com filhos com deficiência ou menores de doze anos de idade (HC 143.641/SP, de relatoria do Min. Lewandowski).

Também quanto à forma de julgamento, tratamos sobre uma sistemática que a Suprema Corte vem adotando como principal desde o ano de 2015, embora a previsão em seu regimento interno tenha surgido em 2009, a qual consiste no julgamento monocrático do mérito dos *mandamus*, com a supressão da etapa da sustentação oral quando do julgamento dos agravos interpostos contra aquelas decisões monocráticas.

O recorte temporal escolhido possui como justificativas i – as alterações regimentais profundas a partir desse período, que implementaram o Plenário Virtual para julgamentos de agravos e embargos de declaração, os quais, conforme se desenvolverá,

21 Disponível em <https://www.conjur.com.br/2017-mai-03/stf-centro-questao-drogas-cultura-encarceramento>. Acesso em 17 jul. 2018.

22 Na dissertação se verá que “a jurisprudência do STF *entendia possível* o ajuizamento desse ‘*writ*’ em face de decisões monocráticas proferidas pelo Relator da causa” e que essa diretriz jurisprudencial foi modificada, “*pois o Plenário desta Corte não mais tem admitido habeas corpus quando impetrado contra Ministros do Supremo Tribunal Federal*”, orientação reafirmada recentemente em julgamento realizado em 17/02/2016, embora em votação apertada, com indicativo de revisão a qualquer momento dessa posição (trechos do voto do Min. Celso de Mello na MC no HC 144.426/DF).

não admitem sustentação oral e podem se dar na forma de lista, bem como ampliaram os poderes dos Relatores de decidirem monocraticamente, e ii – a evidente multiplicação do número dessas ações mandamentais no Supremo já a partir de 2010, conforme nos mostram as estatísticas divulgadas pelo Tribunal.

No presente trabalho foram estudados os principais acórdãos de *habeas corpus* de ambas as Turmas e do Plenário a partir do ano de 2010, de modo que predominou o método empírico-dedutivo ao longo da pesquisa, tomando-se como ponto de partida situações concretas, e foi feita também uma análise descritiva das estatísticas do Tribunal a partir do mesmo ano, de decisões monocráticas e colegiadas.

Do mesmo modo, foi levada a efeito pesquisa documental e bibliográfica de obras doutrinárias de especialistas do direito, monografias, dissertações, teses, artigos, normas infraconstitucionais e Constituições, tratados, acordos e convenções internacionais.

inclusive, a cumprir metas de produtividade, fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, em uma emulação daquela disciplina industrial stakanovista, taylorista ou fordista de há muito superada.

Salta aos olhos que em tal sistema, o qual, de resto, convive com a intolerável existência de aproximadamente 800 mil presos, encarcerados em condições sub-humanas, dos quais mais 40% são provisórios, situação que caracteriza, segundo esta Suprema Corte, um ‘estado de coisas inconstitucional’, multiplica-se exponencialmente a possibilidade do cometimento de erros judiciais por parte de magistrados de primeira e segunda instâncias.

[...] ²¹⁷

Nesse contexto, é importante lembrar que o art. 8º da Convenção Americana de Direitos Humanos garante que: “Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa”.

Outrossim, autorizar a execução antecipada da pena sob o argumento de combate à criminalidade não passa de uma falácia. Afinal, a solução para o problema dos altos índices de criminalidade no Brasil não se encontra na flexibilização das garantias conferidas aos cidadãos. Não se deve naturalizar o desrespeito aos direitos humanos, sequer estimular o indevido encarceramento em massa.

É de extrema importância que, em se tratando de direitos e garantias fundamentais haja efetiva proibição ao retrocesso, isto é, não se deve permitir que os direitos sejam suprimidos ou enfraquecidos, especialmente quando o bem em jogo é a liberdade. Ao contrário disso, legisladores e autoridades judiciárias devem avançar em busca de mais princípios garantistas e de direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consolidada, pelas ideias iluministas, como consectário lógico da razão humana, a concepção do homem como ponto de partida e limite de todas as coisas, principalmente do poder estatal, este criado e legitimado pelo homem (e não fruto de explicações transcendentais ou divinas, como queriam os déspotas) e para o fim último de bem servir ao homem (nos dizeres de Rui Barbosa, um governo “do povo, para o povo e pelo

217 STF, ADCs 43, 44 e 54, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 7.11.2019

povo”²¹⁸), sedimentadas estavam as bases para o desenvolvimento das organizações sociais e para o aprimoramento dos instrumentos garantidores de todos os valores humanos.

Naturalmente alguns deles ressaíam, com a supremacia que lhes é peculiar, como o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à participação política, ao trabalho, à cultura, ao meio ambiente saudável etc. e, conforme as gerações de direitos se avançam, muitos novos ainda estão por vir. Mesmo os já afirmados passaram e ainda passam constantemente por redefinições conceituais para contemplarem as novas demandas sociais.

Se conferimos ao Estado, essa figura abstrata, gestado por um contrato social, o poder-dever de satisfazer nossos interesses e direitos individuais, homogêneos, difusos ou coletivos, terá ele que, a todo momento, buscar garantir o cumprimento de suas obrigações e tornar todos aqueles direitos efetivos, de modo que os próprios conceitos jurídicos terão que ser constantemente “[...] reformulados para atender às expectativas dos homens, deixando de ser axiomas herméticos e imutáveis, para tornarem-se expressão da essência relativizada e mutável da sociedade”²¹⁹.

O símbolo da Justiça consiste em uma deusa de olhos vendados. A escuridão se volta para o sujeito, não para o objeto. O sujeito é a multidão, composta por pobres e ricos, homens e mulheres, fortes e fracos, seres humanos de todas as cores e etnias, indiferente para a deusa. Themis não precisa enxergar o sujeito do direito. Ele é qualquer um. Mas o objeto é o direito, o qual não se presume estático, ao revés, ele acompanha as renovações sociais. E quanto a ele, a Deusa da Justiça precisa entregá-lo a todos nós.

No Pós-Modernidade, o “nós” é muita gente. Finalmente a Humanidade construiu plataformas que alcançam e amplificam toda voz. As redes sociais democratizaram ainda mais as praças públicas. Os *WhatsApp* aceleraram a troca de informações. Abertos, enfim, todos os canais de diálogo para a participação e tomada de decisões, com a efetiva contribuição de múltiplos segmentos, a incluir as várias minorias, fato que enaltece o melhor exercício da democracia, porém também permite o acesso aos haters, às fake news, ao radicalismo destruidor e ao sentimento de vingança privada.

Para o fortalecimento do Estado de Direito exige-se, não há dúvida, que a justiça seja capaz de apresentar respostas para as novas dinâmicas. E o juiz constitucional não pode estar alheio à nova realidade da qual é sujeito e objeto ao mesmo tempo. Integrante

218 *Reflexões em torno do Princípio Republicano*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. v. 100. p. 189-200. jan/dez 2005. p. 193.

219 AMARAL, Thiago Bottino do. *Considerações sobre a origem e evolução da ação de habeas corpus*. Revista Brasileira de Ciências Criminais | vol. 35/2001 | p. 101 - 131 | Jul - Set / 2001 Doutrinas Essenciais Processo Penal. v. 5. p. 1303 – 1337. Jun / 2012. p. 10.

do Supremo Tribunal Federal - instituição criada no início da República, em 1890, como visto, - com origens na Casa de Suplicação nos idos coloniais e no Supremo Tribunal de Justiça do Império -, ele é ciente de seu dever institucional de equilibrar os poderes políticos, de exercer sua função maior de guarda da Constituição, outorgada por ela mesma, e de garantia intransigente dos direitos fundamentais.

Durante a existência do STF, ocorreram várias interrupções e solavancos no desenvolvimento do Estado de Direito, o que reverberou na sua independência, inclusive por meio de arbitrária substituição ou diminuição do número de seus membros. No entanto, o Tribunal buscou, desde o princípio, trabalhar vias para defender liberdades civis, como visto, seja pela interpretação mais elastecida do conceito de liberdade e do alcance do instrumento do *habeas corpus* durante sua história até os dias atuais, seja pelo julgamento cada vez maior de milhares de *habeas corpus*, inclusive criando mecanismos modernos para maior vazão dessas ações na Corte – implementação do Plenário Virtual.

Mais vozes significam maior número de críticas e tensões, que de maneira alguma ressoam no Tribunal. No caso brasileiro, a fórmula estampada no preâmbulo de nossa Constituição de 1988 de “nós, representantes do povo brasileiro”, redireciona-se para “nós, o povo brasileiro”. Ele agora está verdadeiramente presente, porquanto elevado ao *status* de partícipe direto do poder por intermédio de plebiscitos, referendos, ações populares, etc.

Ele também se aproximou do Judiciário. A casa do povo não se restringe mais ao Congresso. A TV Justiça está dentro do seu lar²²⁰. Ele tem acesso às informações jurisdicionais, acompanha a justiça em números e confia nela. Em pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas no último dia 2 de dezembro, é o Poder Judiciário quem tem a maior confiança da sociedade²²¹.

A despeito dessa realidade, reverberam-se campanhas difamatórias contra ele. Acusam-no de ativista judicial. Esquecem-se de que ele foi criado aos moldes do sistema

220 Como bem nos lembra Patrícia Perrone, “em maio de 2002, previu-se a criação da TV justiça, um canal gratuito de televisão destinado ao Supremo Tribunal Federal, por meio do qual, em agosto do mesmo ano, todas as sessões plenárias do STF passaram a ser transmitidas ao vivo e tornaram-se acessíveis à população em geral. Dois anos antes, a Corte criara a Central do Cidadão, que possibilitava o contato de qualquer cidadão, por meio de telefone, carta ou e-mail, para a apresentação de críticas e sugestões. E, em 2004, teve início o funcionamento da Rádio justiça”. MELLO, Patrícia Perrone Campos. Trinta anos, uma constituição, três Supremos: autorrestrição, expansão e ambivalência no exercício da jurisdição. In: A Constituição da República segundo Ministros, Juizes auxiliares e Assessores do STF. Coordenadores Luiz Fux, Bruno Bodart e Fernando Pessoa da Silveira Mello. Salvador: Editora JusPodium, 2018.p. 390.

221 Segundo a reportagem, as conclusões da FGV-Rio são as de que “52% dos brasileiros confiam no Judiciário. A Presidência da República é considerada confiável por 34% da população. Já o Congresso Nacional, por 19%. O levantamento foi feito entre agosto de 2018 e novembro de 2019”. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-dez-02/judiciario-poder-bem-avaliado-sociedade-estudo>. Acesso em 29 nov 2019.

norte americano, e não do limitado modelo francês, que destina ao Judiciário o papel de mero coadjuvante relativamente aos preceitos legais, que “[...] reduz o papel do Estado-julgador à simples *bouche de la loi*, traduzida na máxima da Escola da Exegese francesa, do século XIX, *in claris cessat interpretatio*, com a qual se buscava entronizar a norma legal em um sacrário inacessível”²²².

Ao revés, a Constituição republicana brasileira que mais enumera e privilegia as garantias em toda nossa história entrega ao Supremo Tribunal Federal a jurisdição constitucional, ou seja, a jurisdição constitucional garantista. Se nos parece absolutamente equivocada a pecha que lhe atribuem de ativista, certo é que o Supremo do Século XXI haverá de ser cada vez mais político, porque tem ampliados seus poderes políticos de “o controle de constitucionalidade e o da jurisdição da liberdade”²²³ em uma sociedade cada vez mais atuante, desperta e provocativa do Judiciário.

Concluimos acreditando que a Constituição Federal de 1988 fez um chamamento à sociedade brasileira para participar e se posicionar, enquanto soberana popular, e, paralelamente, ao Poder Judiciário, especialmente ao Supremo Tribunal Federal, para exercer relevante papel de moderador dos conflitos. Nossa Carta Cidadã constitui novos direitos mas também assegurou os instrumentos para sua concreção, ampliando, consequentemente, os Poderes do STF, o qual não se restringe ao papel de Corte Constitucional e, por óbvio, garantista, reflexo direto da Constituição que temos, mas também lhe conferindo uma gama de outras competências, especialmente em matéria de *habeas corpus*.

Nessa particular esfera de jurisdição, nossa Casa Suprema tem sido a última trincheira dos cidadãos. Cumpre com bravura seu dever e não renega sua árdua tarefa de manter abertas suas portas aos milhares de *habeas corpus*. Ao contrário, demonstra-se atenta às demandas daquela sociedade, agora desperta, e abraça cada vez mais o conceito líquido de liberdade do Século XXI, o que pôde ser sentido com seus movimentos de I - possibilitar decisões monocráticas de mérito dos *habeas corpus* – e, portanto, prestar justiça celeremente, sem prejuízo de revisão pelo colegiado – ; II - criar uma ferramenta de

222 Voto do Ministro Ricardo Lewandowski nos autos da Rcl 4.335/AC, na qual o Plenário do Supremo discutiu se a decisão proferida no HC 82.959/SP, quanto ao art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/1990, em sua redação primitiva, é dotada de eficácia *erga omnes*, independente ou não do cumprimento do disposto no art. 52, X, da Constituição da República, que confere ao Senado a competência privativa para “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: Acesso em 15 jan 2020.

223 VELLOSO, Carlos Mário da Silva. *O poder judiciário como poder político no Brasil do Século XXI*. In: *Estudos em homenagem ao Ministro Adhemar Ferreira Maciel*. Coordenação Sálvio de Figueiredo Teixeira. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 133.

gestão condizente com os tempos da era digital, seu Plenário Virtual e III – conferir a essa ação um espectro coletivo, em resposta premente às violações maciças dos direitos humanos absurdamente ainda presentes no estágio evolutivo pós-contemporâneo em que nos encontramos. Um viva à nossa Corte constitucional e “garantista judicial”.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ana Valderez Ayres Neves de. *A Corte Suprema Sesquicentenário do Supremo Tribunal Federal*. Revista Informação Leg. II. Brasília. 15 n. 59 jul./set. 1978.

ALEXY, Robert. *Los derechos fundamentales en el Estado constitucional democrático*. In: CARBONELL, Miguel (Ed). *Neoconstitucionalismo(s)*, Madrid, Espanha: Editorial Trotta, 2003.

ALMEIDA NETO Manoel Carlos de; CAGGIANO, Monica Herman; LEMBO, Claudio Salvador. (Coords.). *Juiz constitucional: Estado e poder no século XXI*. Homenagem ao Ministro Ricardo Lewandowski. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

AMADEO, Javier. A questão democrática na Inglaterra do século XVII: soberania popular, direitos e sufrágio no pensamento leveller. São Paulo: UPS - Revista de História, n. 164, enero-junio, 2011.

AMARAL JUNIOR, Alberto do; JUBILUT, Liliana Lyra (Orgs.). *O STF e o direito internacional dos direitos humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

ANTHERO, A. *O habeas corpus*. *Revista dos Tribunais*, Porto, Anno 37, n 881, 1919.

ARAÚJO, Justino Magno. *O Poder Judiciário Brasileiro a partir da Independência*. *Revista Justitia*. Ano XXXV, 2º trim. de 1973, vol. 81. p. 259-323.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. *A revolução*. Trad. de Editora UnB. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *As origens do totalitarismo: imperialismo, a expansão do poder*. Trad. de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.

_____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ASSIS, Jefferson Alves de; ARAÚJO, Antonio Fábio Medrado de. *Dogmática do habeas corpus: na Suprema Corte Brasileira*. São Paulo: Pillares, 2012.

BALEEIRO, Aliomar. A constituinte e a constituição federal de 1946. In: _____. LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Constituições brasileiras: 1946*. Brasília: Senado Federal, 2001.

BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras*. vol. 2., 1891. Senado Federal, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *Tempos líquidos*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 7. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. _____. _____. 4. reimp. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOSSON, Luis Felipe. *História dos conflitos do Supremo Tribunal Federal com os outros poderes da República*. In: FIÚZA, César (Coord.). *Direito processual na história*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. p. 200-230.

BOTTINO, Thiago. *Habeas corpus nos tribunais superiores: análise e propostas de reflexão*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal anotada*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BUSANA, Dante. *O habeas corpus no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009.

CAMARA, Edson Arruda. *O habeas corpus e o interdictum de homine libero exhibendo*. R. Inf. Legisl. Brasília, a. 23, n. 92 out/dez. 1986.

CAETANO, Marcelo. *As Garantias Jurisdicionais dos Administrados no Direito Comparado de Portugal e do Brasil*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Lisboa, Ano XVII, 1964.

_____. As origens luso-brasileiras do mandado de segurança. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/download/8871/6182>. Acesso em 19 jul. 2018.

CAVALCANTE, Pedro Alencar Vasconcelos Nogueira. *Habeas corpus em Portugal: uma análise à única garantia específica extraordinária constitucionalmente prevista para a defesa de direitos fundamentais*. 2018. Dissertação de mestrado. Disponível em < <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/85865/1/TESE%20HABEAS%20CORPUS%20%281%29.pdf>>

CAMPANHOLE, A. e CAMPANHOLE, H. L. *Constituições do Brasil*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. Coimbra: Almedina, s.d.

CARDOSO, Antonio Manoel Bandeira. A Magna Carta - conceituação e antecedentes. Rev. Inf. Legisl. Brasília, a. 23, n. 91 jul./set. 1986 Disponível em < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/182020/000113791.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> p. 135.

CARVALHO, José Liberato Freire de *Memórias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*. 2. ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982.

CARPENTER, A. H. *Habeas corpus in the colonies*. The American Historical Review, Vol. 8, No. 1 (Oct., 1902), pp. 18-27. Disponível em < <https://www.jstor.org/stable/pdf/1832572.pdf?refreqid=excelsior%3Ac2fb21b84329e9e1efadb85ccb4c798b>>.

CESARIS, A. M. *Habeas corpus*. *Enciclopedia Giuridica*. Roma: Instituto Della Enciclopedia Italiana, 1989. v. XV.

CONSTANT, Benjamin. A liberdade dos antigos comparada à dos modernos [livro eletrônico]: discurso pronunciado no Ateneu Real de Paris em 1819. Pref. Christian Jecov Schallenmüller. Trad. Leandro Cardoso Marques da Silva. São Paulo: Edipro, 2019.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COSTA, J. F. *Habeas corpus*: ou a análise de um longo e ininterrupto “diálogo” entre o poder e a liberdade. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra, [separata] p. 538-552, 1999.

COSTA, Emilia Viotti da. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. Organização Albino Advogados Associados. São Paulo: Ieje, 2001.

CUNHA, Paulo Ferreira da. Da constituição do Estado novo português (1933). *Historia Constitucional* (revista electrónica), n. 7, 2006. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2060224.pdf>> p. 1

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004 (Polêmica).

_____. *Elementos de teoria geral do estado*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. *O futuro do estado*. São Paulo: Saraiva, 2001.

DEMERCIAN, Pedro Henrique e MALULY, Jorge Assaf. *Habeas corpus*. Rio de Janeiro: Aide, 1995.

DIMOULIS, Dimitri; Martins, Leonardo. *Teoria geral dos direitos fundamentais*. São Paulo: Ed. RT, 2007.

_____. *Positivismo jurídico*: introdução a uma teoria do direito e defesa do pragmatismo jurídico-político. São Paulo: Método, 2006.

DIRCEU, José; SIQUEIRA CASTRO, Carlos Roberto. A relação do Supremo Tribunal Federal na história republicana. In: SEMINÁRIO O Supremo Tribunal Federal na História Republicana, 2002, Rio de Janeiro. Anais... Ajufe, 2002.

DIREITO, Wanda Viana. A defesa dos interesses difusos. *Rev. de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, 185:26-40, jul./set. 1991. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/44484/47695>>

DI RUFFIA, Paolo Biscaretti. *Direito constitucional*: instituições de direito público. Tradução de Maria Helena Diniz. São Paulo: RT, 1984.

DWORKIN, Ronald. *A matter of principle*. Cambridge: Harvard, 2000. Traduzido para o italiano: *Questioni di principio*. Tradução de Sebastiano Maffettone. Milano: Il Saggiatore, 1990.

_____. *Freedom's law: the moral reading of the american constitution*. Cambridge: Harvard University Press, 1996. Tradução disponível: *O direito da liberdade*: a leitura da Constituição norte-americana. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Levando os direitos a sério*. Trad. Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *¿Deben nuestros jueces ser filósofos? ¿Pueden ser filósofos?* Isonomía – Revista de Teoría y Filosofía del Derecho. México: ITAM, 2010, n. 32, p. 7-30.

_____. *Is democracy possible here? Principles for a new political debate.* Oxford: Princeton, 2006.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.* 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FARRELL, Brian. *Habeas corpus in Times of Emergency: A Historical and Comparative View.* disponível em <<http://digitalcommons.pace.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1011&context=pilronlin>>.

FERRAJOLI, Luigi. *Los fundamentos de los derechos fundamentales.* 4. ed. Madrid: editorial trota, 2009.

_____. *Derecho y razón: teoría del garantismo penal.* Madrid: Trotta, 2005.

_____. *La sovranità nel mondo moderno.* Roma: Laterza, 2004. Tradução disponível: *A soberania no mundo moderno.* São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Los fundamentos de los derechos fundamentales.* 4. ed. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

_____; Moreso, José Juan; Atienza, Manuel. *La teoría del derecho en el paradigma constitucional.* Madrid: Fundación Coloquio Jurídico Europeo, 2008.

_____. *O Estado de direito: história, teoria, crítica.* Tradução de Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Principia iuris.* Teoria del diritto e della democrazia. Roma-Bari: Laterza, 2007.

FIÚZA, Cezar (Coord.). *Direito processual na história.* Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas.* Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FRANCO, Alberto Silva. *Código de processo penal e sua interpretação jurisprudencial.* v. I. 2. ed. São Paulo, *Revista dos Tribunais*, 2004.

_____. *Medida liminar em habeas corpus,* *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, número especial de lançamento, ed. *Revista dos Tribunais*, dez. 1992.

GARAPON, Antoine. *Bem julgar: ensaio sobre o ritual judiciário.* Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

GONÇALVES, Jorge Cesar Silveira Baldassare. *A história do habeas corpus no controle dos atos policiais e jurisdicionais – da origem bretã à atualidade.* *Revista JuriCidades* Revista da Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades

GROFF, Paulo Vargas. *Direitos fundamentais nas constituições brasileiras.* *Revista de Informação Legislativa.* Brasília a. 45 n. 178 abr./jun. 2008.

GUIMARÃES, I. N. B. S. *Habeas corpus: crítica e perspectivas – Um contributo para o entendimento da liberdade e de sua garantia à luz do Direito Constitucional*. Curitiba: Juruá, 1999.

HARARI, Yuval Noah. 21 lições para o século 21. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JOBIM, Nelson. *A história do Supremo Tribunal Federal*. In: WALD, Arnaldo; MARTINS, Ives Gandra da Silva; PRADO, Ney (Coord.). *O direito brasileiro e os desafios da economia globalizada*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003. p. 122-133.

LEMBO, Claudio. *O futuro da liberdade: estudos e circunstâncias*. São Paulo: Loyola, 1999.

LESSA, Pedro. *Do poder judiciário*. Brasília: Senado Federal, 2003. (Coleção História Constitucional Brasileira, ed. fac-similar).

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Reproclamar a República. *Correio Braziliense*, n. 19693, 27 abr. 2017. Opinião, p. A13. [1094416] SEN STF.

_____. *Folha de São Paulo* / SP - OPINIÃO - p. A03, 15 de maio de 2017.

_____. *Direito comunitário e jurisdição supranacional: o papel do juiz no processo de integração regional*. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2000.

_____. *Pressupostos materiais e formais da intervenção federal no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

_____. *Proteção dos direitos humanos na ordem interna e internacional*. Rio de Janeiro: Forense, 1984. v. 1.

_____. *Reflexões em torno do princípio republicano*. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. v. 100. p. 189-200. jan/dez 2005.

_____. *Globalização, regionalização e soberania*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2014.

LIMA, Ricardo Pereira Santos Lima; FERREIRA, Anselmo Tadeu. As particularidades do conceito “alma” no pensamento de Agostinho. Disponível em: [file:///C:/Users/WINDOWS%2010/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/14522-Texto%20do%20artigo-81158-1-10-20130207%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/WINDOWS%2010/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/14522-Texto%20do%20artigo-81158-1-10-20130207%20(1).pdf). Acesso em 09 jan. 2019.

MASSAÚ, Guilherme Camargo. *A História do Habeas corpus no Direito Brasileiro e Português*. *Revista Ágora, Vitória*, n. 7, 2008.

METRÓPOLES. *Marco Aurélio e Gilmar lideram concessão de habeas corpus no STF*. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/justica/marco-aurelio-e-gilmar-lideram-concessao-de-habeas-corpus-no-stf>. Acesso em 18/7/2018.

MELLO, Celso de. *Notas sobre o Supremo Tribunal* (Império e República). Brasília, 2007. Disponível em: <www.stf.jus.br>. Acesso em: 20 fev. 2012.

MELLO FILHO, José Celso de. *Constituição Federal anotada*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

MIRANDA, Jorge. *Teoria do estado e da constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

MIRANDA, Pontes de. *História e prática do habeas corpus: direito constitucional e processual comparado*. 8. ed. corrigida e melhorada. São Paulo: Saraiva, 1979.

MIRANDA, Pontes de. *História e prática do habeas corpus*. Atualizada por Vilson Rodrigues Alves. 2v. Campinas: Bookseller, 1999. v. 1.

MOSSIM, Heráclito Antônio. *Habeas corpus: antecedentes históricos, hipóteses de impetração, processo, competência e recursos, modelos de petição, jurisprudência atualizada*. 9 ed. Barueri, SP: Manole, 2013.

NEQUETE, Lenine. *O Poder Judiciário no Brasil: crônica dos tempos coloniais*. Edição fac-similiar. Apresentação de Carlos Mário da Silva Velloso. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000. 1. v.

_____. *O Poder Judiciário no Brasil a partir da independência*. Apresentação de Carlos Mário da Silva Velloso. Atualização de Roberto Rosas. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000. 1 v.

_____. *O Poder Judiciário no Brasil a partir da independência*. Apresentação de Carlos Mário da Silva Velloso. Atualização de Roberto Rosas. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000. 2 v.

OLIVEIRA, Nisio Baptista de. *Habeas corpus e desaforamentos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Belo Horizonte, 1962.

PEDRINA, Gustavo Mascarenhas Lacerda et al. (Orgs.). *Habeas corpus no Supremo Tribunal Federal*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RAMOS, João Gualberto Garcez. *Habeas corpus: histórico e perfil no ordenamento jurídico brasileiro*. Revista da Faculdade de Direito da UFPR, v. 31, 1999.

REDISH, Martin H. e MCNAMARA, Colleen. *Habeas corpus, due process and the suspension clause: a study in the foundations of american constitutionalism*. Disponível em <https://www.virginialawreview.org/sites/virginialawreview.org/files/1361_0.pdf>.

REIS, Daniel Aarão. *O Supremo Tribunal do Brasil*. Rio de Janeiro: Mabri Livraria Editora Ltda., 1968.

REIS, Daniel Aarão. *Supremo Tribunal do Brasil: notas e recordações*. In: *Revista dos Tribunais*. São Paulo, n. 352, pp. 518-541, fev. 1965.

REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Rio de Janeiro: Supremo Tribunal Federal, v. 2, ago./ dez. 1914.

RODRIGUES, Leda B. *História do Supremo Tribunal Federal*. v. I. Defesa das Liberdades Cíveis (1891-1898). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

SABINO JÚNIOR, Vicente. O *habeas corpus* e a liberdade pessoal. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1964.

SALDANHA, Nelson. *Reflexões sobre a história do Supremo Tribunal Federal*. Arquivos do Ministério da Justiça, ano 38, n. 157, p. 1-228, jan./mar. 1981.

SANTOS, Paula Borges. Na gênese da Constituição Política de 1933: o ideário corporativo e a estrutura econômico-social do autoritarismo português. *Estudos Históricos* Rio de Janeiro, vol 31, no 64, p. 173-196, maio-agosto 2018. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/eh/v31n64/2178-1494-eh-31-64-173.pdf>>.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

SARMENTO, Daniel. *Por um constitucionalismo inclusivo: história constitucional brasileira, teoria da constituição e direitos fundamentais*. São Paulo: Lumen Juris, 2010.

SCHWARTZ, Germano; DEZORZI, Diego. A História da Corte Suprema no Brasil: da Casa da Suplicação até a criação do Supremo Tribunal Federal. In: *Revista da Ajuris: Associação dos juizes do Rio Grande do Sul*. Rio Grande do Sul. n° 112. Dezembro de 2008, p. 103-104.

SENADO FEDERAL. *Annaes do senado*: sessão de 22 de janeiro de 1915. Brasília, [19--?].

SENADO FEDERAL. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília, 1999. (Biblioteca Básica Brasileira).

SESQUICENTENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: conferências e estudos, Universidade de Brasília, 11 a 14 de setembro de 1978. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SHARPE, R. J. *The Law of Habeas corpus*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1989.

SIDOU, J. M Othon. *Do mandado de segurança*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1969.

_____. *Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data, ação popular*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

SILVA FILHO, José Paulino da. *Habeas corpus nas constituições latino americanas e especialmente no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

SILVA JÚNIOR, Euclides Ferreira da. *Prisão, liberdade provisória, habeas corpus: teoria e prática: doutrina, jurisprudência e modelos de petições*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: julgamentos históricos. Brasília, [19--?]. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>>.

TAVARES, André Ramos. *Curso de direito constitucional*. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

TOFFOLI, Dias. Discurso por ocasião de sua posse na presidência do STF em 13/09/2018. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/discurso-toffoli-posse-presidente-stf.pdf>. Acesso em 18 setembro 2019.

_____. O Poder Judiciário através da história: antes e depois da Constituição Federal de 1988. In: _____. (Org.). *30 anos da constituição brasileira: democracia, direitos fundamentais e instituições*. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

TORON, Alberto Zacharias. A Súmula 691 do STF e o amesquinamento da garantia do *habeas corpus*. *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*, n. 15, jan.-jun. de 2005, p. 122.

_____. *Habeas corpus e impunidade*. *Revista do Advogado*: Associação dos Advogados de São Paulo. Ano XXXI, set. 2011, n. 113.

_____. *Inconstitucionalidade das restrições ao habeas corpus, advocacia criminal: direito de defesa, ética e prerrogativas*, coord. Diogo Malan e Flávio Mirza. Rio de Janeiro: ed. LumenJuris, 2014.

_____. *Habeas corpus: controle do devido processo legal : questões controvertidas e de processamento do writ*. 1 ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2017.

TUCCI, Rogerio Lauria. *Teoria e prática do habeas corpus e do mandado de segurança*. Belém: Cejup, 1986.

TUCCI, Rogério Lauria. *Habeas corpus, ação e processo penal*. São Paulo: Saraiva, 1978.

_____. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1993.

WALD, Arnoldo; MARTINS, Ives Gandra da Silva; PRADO, Ney (Coord.). *O direito brasileiro e os desafios da economia globalizada*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

WOLKMER, Antonio Carlos. (Org.). *Fundamentos de história do direito*. 4. ed., 2. tir. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

WHEELER, Douglas L. A Primeira República Portuguesa e a história. *Análise Social*, vol. XIV (56), 1978-4o, 865-872. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989532S4yRL1eb3Cn44CL5.pdf>>.

ZAGREBELSKY, Gustavo. *Principios y votos. El tribunal constitucional y la política*. Madrid: Troa, 2008.